



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO**

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

LEILIANE CARVALHO DE MELO

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO - TEA**

**FLORIANO – PIAUÍ
2023**

LEILIANE CARVALHO DE MELO

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO – TEA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção do
diploma do Curso de Especialização em Educação
Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Leanne Silva de Sousa.

FLORIANO – PI
2023

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO - TEA

Leiliane Carvalho de Melo¹

Leanne Silva de Sousa²

RESUMO

O presente estudo aborda a temática sobre o Atendimento Educacional Especializado na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escolha dessa temática justifica-se pelo caráter essencial desse Atendimento para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas, além da suma importância da inclusão do aluno com autismo no ensino comum. A pesquisa teve como objetivo geral entender os benefícios do Atendimento Educacional Especializado para a inclusão do aluno com autismo, compreendendo que esse serviço não substitui a escolarização de alunos com deficiência. O presente artigo trata-se de uma pesquisa de revisão da literatura com abordagem qualitativa do tipo exploratório, desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente artigos científicos e monografias, compreendendo períodos entre 2016 a 2023. Os resultados desta pesquisa evidenciaram as contribuições do atendimento educacional: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade; eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos com TEA, considerando suas necessidades específicas. Portanto, conclui-se que ato de incluir vai muito além de colocá-lo na sala de aula, se faz com o compromisso de todo o corpo escolar em criar possibilidades, permitir se reinventar, utilizar recursos e apontar caminhos para que esse aluno tenha oportunidade de aprender.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial; Inclusão; Autismo.

ABSTRACT

This study addresses the topic of Specialized Educational Service in the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The choice of this theme is justified by the essential nature of this service for the teaching-learning process of students with specific educational needs, in addition to the paramount importance of including students with autism in regular education. The research had the general objective of understanding the benefits of Specialized Educational Service for the inclusion of students with autism, understanding that this service does not replace the schooling of students with disabilities. This article is literature review research with a qualitative exploratory approach, developed using already prepared material, mainly scientific articles and monographs, covering periods between 2016 and 2023. The results of this research highlighted the contributions of educational services: identify, develop and organize pedagogical and accessibility resources; eliminate barriers to the full participation of students with ASD, considering their specific needs. Therefore, it is concluded that the act of inclusion goes far beyond placing them in the classroom, it is done with the commitment of the

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí, discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano. E-mail: leylamello31@gmail.com

² Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí. - UFPI Campus Valença. E-mail: leanne.silva@ifpi.edu.br

entire school body to create possibilities, allow them to reinvent themselves, use resources and point out ways for this student to have opportunities of learning.

Keywords: Specialized Educational Assistance; Special education; Inclusion; Autism.

Data de aprovação: 08/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com TEA é um tema bem desafiador, pois aborda várias questões, como as práticas do professor, da família, bem como de toda sociedade. A inclusão impõe às escolas a necessidade de se modificar, adaptando-se para receber todos os alunos, respeitando suas características individuais e buscando criar e oferecer oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral de todos os estudantes (Ramos *et al.*, 2023).

A inclusão da pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um assunto bastante atual, pois muitas mudanças nas políticas educacionais foram surgindo ao longo dos anos, o que estabeleceu diretrizes para implementação da educação inclusiva, considerando que antes não havia essa perspectiva de uma escola para todos.

O termo autismo foi criado em 1908 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para se referir a fuga da realidade para um mundo interior observado em pacientes esquizofrênicos. Posteriormente, Leo Kanner publica a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, em que descreve 11 casos de crianças com “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação das mesmices” (Cunha, 2015).

Um marco relevante para a garantia dos direitos da pessoa com TEA, acontece em 2012 com a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sancionada no Brasil.

A lei determina o acesso a diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS); assim como à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que proporcione a igualdade de oportunidades. De acordo com essa lei, para todos os efeitos legais, indivíduos com TEA é considerado pessoa com deficiência (Sant’ana; Santos, 2015).

Atualmente temos a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, com a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), emitida gratuitamente, sob responsabilidade de estados e municípios. O documento é um substitui o atestado médico e a função de facilitar o acesso a direitos previstos na Lei Berenice Piana (Sant’ana; Santos, 2015).

Entretanto, é necessário voltar ao passado para lembrar como ocorreu esse processo de inclusão ao longo dos anos. Ao se estudar o percurso histórico das pessoas com deficiência, é possível observar que foi marcada por um longo período de exclusão e segregação. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimento (Brasil, 2004). Esses indivíduos eram discriminados pela sociedade, muitas vezes isolados ou abandonados pela família. Para muitos eram considerados loucos ou dignos de compaixão.

A educação especial foi historicamente constituída pelo atendimento às pessoas com deficiência em espaços segregados que contribuíam para o preconceito e a discriminação (Siluk, 2014). Atualmente, a Educação Especial se constitui uma modalidade de ensino, não sendo mais um nível de ensino e tampouco substitui a escolarização. Foi um longo período de exclusão, em que as pessoas com deficiência não tinham direito ao estudo (Carvalho; Rodrigues; Linhares, 2019).

A Educação inclusiva é assegurada por diversas leis, podendo ter como principal fundamento a Constituição Federal de 1988, a qual determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todos, assim como também a oferta de atendimento educacional especializado, que deverá ser ofertado preferencialmente no ensino regular. (Maia; Jácomeli, 2019).

A política nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008) propõe um novo conceito de educação especial que passa a ser a de complementar ou suplementar o ensino nas salas de aula comum, para alunos com Deficiência (Física, Intelectual, Visual, Auditiva e Deficiências Múltiplas), Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação (Kassar, 2012).

O conceito de educação inclusiva impulsionou mudanças que culminou no acesso de pessoas com deficiência a escola comum. Nesse sentido, busca-se compreender a seguinte problemática: De que forma o Atendimento Educacional Especializado - AEE beneficiará o aluno com TEA no contexto da inclusão escolar? Os alunos que recebem esse atendimento são privilegiados, pois o AEE trabalha as necessidades específicas, isto é, se constitui um apoio pedagógico que muito irá agregar no seu desempenho em sala comum do ensino regular. (Lopes, 2023).

O atendimento educacional especializado tem o papel de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para que sejam eliminadas as barreiras com o propósito da plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (Brasil, 2008). Isto é, o papel do AEE consiste em auxiliar o aluno para que ele possa desenvolver a sua autonomia no ambiente escolar bem como e fora dele, atendendo as suas especificidades (Maia; Jacomelli, 2019).

O atendimento não substitui a escolarização e também não se caracteriza como um reforço escolar, o aluno obrigatoriamente precisa estar matriculado e frequentando o ensino comum para que seja matriculado no AEE, que ocorrerá no contra turno para que assim ele não precise faltar às aulas na sala comum. (Brasil, 2009). Portanto, o atendimento educacional especializado é extremamente importante para a melhoria do processo de aprendizagem dos educandos com TEA.

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos da pesquisa exploratória, por meio de uma pesquisa bibliográfica. O tema proposto de pesquisa adotou uma metodologia que possibilitou a melhor análise de diversos materiais já publicados, revisando assim, os conceitos, e busca para a obtenção de novas perspectivas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, inicialmente, foi trilhada por caminhos diferentes da sua atual representatividade. Antes, o contexto era de negligência, em que não havia perspectiva de escolarização para as pessoas com deficiência, tampouco havia algum tipo de atendimento que beneficiasse essas pessoas, sendo elas excluídas, abandonadas, e até mesmo executadas, devido às suas condições. Lamentavelmente essas atitudes eram aceitas e tidas como normais e, portanto, recebiam todo apoio da sociedade. (Andrade, 2021).

A prática da exclusão, discriminação e preconceito, é algo que está enraizado desde os tempos antigos. Como menciona Negreiros (2014) essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas”. Nota-se que quem estava fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, não se encaixavam ao modelo “normal” e por isso eram inferiorizadas.

Conforme Garcia (2011), na Roma antiga, era permitido sacrificar as crianças com algum tipo de deficiência, pois para a sociedade da época eram consideradas inúteis, por isso eram descartados, abandonados à própria sorte. Em outras circunstâncias, eram utilizadas no mercado da prostituição e entretenimento como atrações de circo.

Com o passar do tempo, as pessoas com deficiência passaram a receber certo “tratamento”, isso porque nessas instituições não havia preocupação com a educação, eram ambientes de segregação, onde a metodologia utilizada era voltada para que eles ficassem “curados”. Observa-se que foram tempos difíceis, pois não existia um olhar para a questão da humanidade, a sociedade não tinha nenhum tipo de entendimento sobre a deficiência (Andrade, 2021).

Não existia amparo a essas pessoas, conforme cita Tahan (2012) só se começou a pensar nas pessoas com deficiência e sobre seus direitos a partir da Segunda Guerra Mundial, em que surge essa preocupação, há esse olhar para as vítimas da guerra, nesse contexto surgem os mutilados, indivíduos que passam a ser deficientes e muitas vezes ficam incapacitadas de exercer normalmente suas atividades.

Então, somente no final do século XIX e meados do século XX, que conforme começaram a surgir algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começa a entender que as pessoas com necessidades especiais, poderiam vir a colaborar, produzir, se recebessem escolarização e assistência adequada (Ramos *et al.*, 2023).

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva veio para nortear os centros de ensino no que se refere às mudanças que precisam ser feitas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais.

Essa política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com Deficiência (Física, Intelectual, visual, Auditiva e Deficiências Múltiplas), Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação nas escolas regulares, em que orienta os sistemas de ensino a promoção da transversalidade da Educação Especial, desde a educação infantil até a educação superior, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino, a formação de professores para o atendimento educacional especializado, assim como a participação da família e da comunidade e acessibilidade. (Brasil, 2008)

Nessa perspectiva há uma preparação para receber e atender a todos os alunos, incluindo a oferta do Atendimento Educacional Especializado, que é um serviço oferecido pela modalidade da educação especial, cujo objetivo é eliminar as barreiras para que todos tenham direito a educação, pois dentro desse sistema, cada aluno é importante, único e todos têm o direito de aprender a partir de suas aptidões e capacidades (Siluk, 2014).

A Constituição Federal de 1988 aponta como um dos seus principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, Inciso IV). Então é um direito de todos serem tratados com dignidade, respeito, sem discriminação, independente de possuir ou não uma deficiência (Maia; Jacomelli, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº 9.394/96 no artigo 59 propõe que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos público-alvo da educação especial “currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos que atenda às suas necessidades”. Nessa proposta vemos que esse apoio é de suma importância para o processo de aprendizagem desses educandos. Muitas vezes é necessário que o professor faça uma atividade

adaptada ou utilize um recurso diferente para que o seu aluno com necessidades educacionais não seja prejudicado (Siluk, 2014).

As diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, definem que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Mec/Seesp, 2001).

A escola jamais deve excluir um aluno, por nenhum motivo. É seu dever receber a todos, garantir acesso à escola e também condições de aprendizagem com qualidade de ensino. É válido ressaltar que o aluno com necessidades educacionais especiais é aluno do professor da sala regular, assim como os demais, pois muitas pessoas pensam, erroneamente, que são alunos apenas do professor do atendimento educacional especializado, isso é um equívoco. (Rosa, *et al.*, 2019).

O professor precisa ter em mente que todos os alunos matriculados na sala regular são seus alunos, e cabe a ele ensinar os conteúdos a todos, e se necessário deverá usar os recursos disponíveis na escola para promover uma melhor qualidade de aprendizagem aos seus alunos (Viveiro; Bego, 2015).

A convenção de Guatemala 1999, promulgada no Brasil pelo decreto número 3956/2011, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas Liberdade fundamentais.

Educação é um direito de todos, não somente daqueles que são ditos “normais”, porque muitas vezes o professor desiste de ensinar o aluno pois na sua concepção ele não irá aprender. Todos podem aprender, só precisam da forma correta de se ensinar e dos recursos certos, não se pode negar ao aluno a oportunidade deste desenvolver as suas capacidades, é preciso parar com as desculpas que não está preparado para receber um aluno com deficiência em sua sala de aula, é preciso se preparar, pois a escola inclusiva é um direito e um dever.

Por muitos anos a exclusão, o preconceito e a discriminação dominaram as escolas, mas felizmente os tempos mudaram e todos precisam mudar suas práticas, inclusive professores, gestores, e também os próprios alunos (Siluk, 2014).

2.3 A INCLUSÃO ESCOLAR

Para a inclusão da pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é interessante frisar que, de acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência (Carvalho; Rodrigues; Linhares, 2019).

Muitas coisas mudaram ao longo do tempo, uma delas diz respeito à escolarização das crianças com deficiência, pois antes não frequentavam a escola comum, e por este motivo não havia a preocupação em construir uma escola acessível às necessidades desses alunos (Pinto; Godoy; Costa, 2022).

Inicialmente a escolarização dessas pessoas era responsabilidade apenas da educação especial. Atualmente, todas as crianças e jovens com deficiência têm o direito de estarem matriculados no ensino regular, e essa escola tem a obrigatoriedade de recebê-los, não de qualquer jeito, mas preparada. E ao se mencionar “preparo” não é apenas sobre adequação nos espaços físicos, mas principalmente com mudanças de atitude. (Moraes *et al.*, 2021).

O processo de inclusão escolar de alunos com “autismo” não é uma tarefa fácil. Crianças atípicas sofrem com a repentina mudança na sua rotina. Por isso, poderá acontecer de haver

resistência, não somente por parte do aluno como também dos pais, que se preocupam com esse processo, pois é algo novo para ambos. (Campos, 2019).

É necessário trabalhar a inclusão dentro da sala de aula. Ter o aluno com TEA presente nas aulas não significa que ele está sendo incluído nas aulas. É necessário refletir se de fato ele está fazendo parte da turma, se há interação com os professores e alunos, além das questões pedagógicas, se há compreensão e progresso. Enfim, são muitas questões a se considerar no processo da inclusão.

A escola inclusiva é uma escola comum- ou regular- que acolhe todos os tipos de alunos, independente das diferenças. Nelas são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. (Canuto, 2022).

É importante destacar que a inclusão se faz de forma gradativa e cooperativa. Algo essencial no processo de inclusão, é não focar somente no diagnóstico médico, pois muitas vezes ele é utilizado para limitar.

É interessante desafiar cada vez mais o aluno para descobrir seu potencial, bem como suas barreiras. O professor precisa focar no aprendizado e não nas limitações. Traçar metas é fundamental para a inclusão escolar, planejar o que irá ensinar e qual método e recurso vai usar para alcançar essa meta.

Proporcionar um ambiente acolhedor não é suficiente para garantir a inclusão. Conforme Antunes (2016), a educação inclusiva vai da organização escolar ao currículo, metodologias de ensino como também os recursos humanos. Tudo isso também são essenciais para a inclusão dos alunos com deficiência na escola.

2.4 O PROFESSOR DA SALA REGULAR

Com a implantação das políticas de inclusão o professor de ensino regular passou a receber alunos com diversos tipos de deficiência em suas aulas. Mas, muitos questionamentos ainda surgem mesmo com o avanço da educação inclusiva.

Muitas vezes o professor não está preparado, não se prepara e nem está motivado para receber esse alunado. Embora pareça uma tarefa simples, receber o aluno com necessidades específicas requer preparo, pois surgirão muitos desafios e dificuldades, por isso será necessário novas práticas pedagógicas e até mesmo criativas, com soluções e estratégias para que o aluno com TEA possa aprender junto com os demais. (Messagi, 2023).

Para que o professor esteja preparado e consiga entender as necessidades do aluno é necessário, além da formação básica, constantemente está se especializando, buscando conhecimento, pois só assim poderá contribuir no desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

O professor é responsável pela organização dos alunos, e criação de possibilidades para uma melhor interação, incluindo a todos, “seja na educação física, capoeira, teatro ou qualquer outra proposta pedagógica” (Silva; Arruda, 2014, p.34).

Não pode haver de forma alguma exclusão ou segregação, pois o respeito à diversidade é o princípio de se fazer uma escola inclusiva.

De acordo com Rosa *et al.*, (2019) o professor da sala regular tem uma grande responsabilidade ao receber um aluno com deficiência em sua sala de aula. Em primeiro lugar, é necessário investigar as competências do aluno sendo indispensável buscar conhecimento sobre inclusão e como trabalhar em sua aula, buscando meios e utilizando recursos a fim de que o conteúdo seja abordado e o educando consiga aproveitar a aula assim como os demais.

É importante saber que cada aluno tem seu ritmo de aprendizagem e de evoluir nas aulas, é um erro compará-los, pois cada um possui suas particularidades, seu potencial e cabe ao educador descobrir essas potencialidades. (Maia; Jacomelli, 2019).

Outro passo é, conhecer o que o aluno precisa melhorar e assim criar estratégias de ensino. Entender que toda criança é capaz de aprender, mas para isso ela precisa ser assistida

não somente pelos professores, mas, por todo o corpo escolar, e principalmente ter o apoio da família. (Siluk, 2014).

2.5 O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão – 2015 e nota Técnica n. 24/2013 – Ministério da Educação (MEC) “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado”. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, o profissional de apoio escolar é um direito assegurado pela legislação e “atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária. (Leite; Mont’Alverne, 2020, p.14).

Concordante a Nota Técnica 24/2013, é garantido a disponibilização de um Profissional de Apoio Escolar, sempre que o aluno com deficiência não demonstrar autonomia em higiene, alimentação, locomoção e comunicação.

Para a organização e oferta desse serviço devem ser considerados alguns aspectos: (Rocha; Oliveira; Araújo 2021).

- Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, auxiliam os estudantes que não realizam essas atividades com independência. É interessante observar que tal apoio está relacionado à sua condição de funcionalidade e não à deficiência;
- A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante, público-alvo da Educação Especial, não for atendida no contexto geral disponibilizados aos demais estudantes;
- Cabe à escola avaliar junto à família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional;
- Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais nem se responsabilizar pelo ensino desse aluno;
- O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores da sala comum, do AEE, e demais profissionais da escola;

2.6 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

A educação inclusiva é regida por diversas leis e encontra seu apoio na Constituição Federal de 1988 em que determina a igualdade de condições para que todos os alunos tenham não somente ao acesso a escola, mas a permanência nela, e para isso é determinado a oferta do atendimento educacional especializado (Siluk,2014).

O AEE é um serviço ofertado pela Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (Mec/Seesp,2008).

Esse atendimento é de suma importância, pois ele complementa e ou suplementa a formação do aluno, trabalhando a sua autonomia não só na escola, mas fora dela, compondo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. A preferência é que o atendimento seja realizado nas escolas comuns, em um espaço físico chamado sala de recursos multifuncionais, por isso, deverá estar contido no projeto político pedagógico da escola. (Lopes, 2023).

A educação especial é uma modalidade de ensino, não se constitui um sistema paralelo, isto é, não se caracteriza como um nível de ensino e tampouco substitui a escolarização. Os alunos que tem o direito a educação especial precisam estar matriculados e frequentando o ensino comum, assim podem receber uma complementação da escolarização no atendimento educacional especializado – AEE, oferecida no contra turno da escola para que não haja necessidade de faltar as aulas. (Almeida, 2022).

Além da Constituição Federal de 1988 o atendimento educacional especializado também está fundamentado no Decreto Federal Nº 7611/2011 em que dispõe sobre a oferta desse atendimento, bem como sobre a distribuição de recursos do FUNDEB. Há também a Resolução CNE/CEB Nº 13/2009, que estabelecem as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado, e ainda a Lei de Libras, Lei Federal Nº 10.436/2002 que torna oficial a língua brasileira de sinais (Moraes *et al.*, 2021).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva delimita o público alvo do AEE, pois antes existia a concepção de que poderia participar alunos com baixo rendimento escolar, com dificuldade de aprendizagem ou aqueles indisciplinados, porém o público alvo atende especificamente: (Mec/Seesp, 2008).

- Alunos com Deficiência (Física, intelectual, visual, Auditiva;
- Alunos com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA;
- Altas Habilidades/Superdotação.

A educação especial atualmente não substitui a escola comum, no entanto, é necessário a articulação entre educação especial, escola comum e família para que de fato ocorra a inclusão. É necessário que haja conexão entre os professores da sala comum e da Educação Especial para que de fato venha contemplar a inclusão escolar do aluno com TEA, através do compartilhamento interdisciplinar e colaborativo (Ramos *et al.*, 2023).

As funções do professor do AEE estão articuladas com os demais professores e profissionais do colégio tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino do estudante com TEA. Sendo assim, este professor irá realizar o estudo do problema pelo qual encaminharam o aluno à educação especial, será discutido os planos do AEE para toda a escola, a criação de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno (Pinto; Godoy; Costa, 2022).

O atendimento educacional especializado considera as peculiaridades de cada educando, pois nem sempre alunos com a mesma deficiência necessitam dos mesmos atendimentos, por isso é necessário planejar, ou seja, conhecer as necessidades e habilidades de cada criança (Maia; Jacomelli, 2019).

2.7 AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.

A Sala de Recursos é um serviço de Apoio Especializado, de natureza pedagógica, que deve existir dentro das escolas inclusivas. Essas salas complementam o atendimento educacional realizado em salas comuns de ensino. Caberá a escola, ao professor e a uma equipe multidisciplinar fazer a avaliação dos alunos que terão a necessidade de fazer uso dessas na Sala de Recursos (Barbosa; Fumes, 2016).

O trabalho pedagógico especializado dentro das Salas de Recursos deve ser pensado de forma que desenvolvam os processos cognitivos, motores e sócio-afetivo-emocionais do aluno. O professor precisa se preparar para desenvolver esse trabalho, elaborando planejamento pedagógico para cada aluno, visando assim suas necessidades individuais.

A metodologia e as estratégias usadas devem ser elaboradas pelo professor das salas de recursos, juntamente com o professor da sala regular e a equipe pedagógica da escola (Andrade, 2021).

Para que a implantação das salas de recursos multifuncionais, seja realizada de forma adequada, o MEC/SEESP (2010), propõe as seguintes ações:

- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- Promoção da formação continuada de professores para o AEE;

- Encaminhamento, assinatura e publicação dos Contratos de Doação;
- Atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa;
- Apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas;

2.8 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é conceituado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM-5-TR) como um transtorno do neurodesenvolvimento.

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que procurava em seus estudos descrever aspectos sobre a esquizofrenia, em 1911. Posteriormente, o psiquiatra Leo Kanner (1943) em suas primeiras publicações já apontava características do autismo, utilizando o termo relacionando a crianças com atrasos no desenvolvimento e com dificuldades de se manter um relacionamento interpessoal (Cunha, 2015).

Do ponto de vista etimológico, autismo origina-se da palavra grega "autos" que significa é "próprio ou de si mesmo", caracterizando-se como um distúrbio neurológico em que surge ainda na infância, causando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental” (Schmidt, 2013).

O Transtorno de Espectro Autista (TEA) caracteriza-se principalmente pela dificuldade de comunicação social e comportamentos repetitivos. Conforme Campos (2019), Autismo é uma desordem que afeta a capacidade comunicacional, de relacionamento e de resposta apropriada ao ambiente em que a criança está inserida. Crianças com TEA podem apresentar grandes dificuldades na comunicação, padrões repetitivos e restritos dos comportamentos, interesses ou atividades.

O indivíduo com TEA possui sintomas que variam de pessoa para pessoa, por isso o nome de espectro (spectrum), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leves à mais grave, porém alguns sinais são mais presentes, entre eles: dificuldade na interação social, como por exemplo, manter o contato visual, discernir expressões faciais bem como compreender gestos comunicativos, expressar suas emoções e fazer amizade (Santos, 2019).

Em relação aos critérios diagnósticos do DSM-5 para autismo, são mencionados níveis de gravidade ou necessidade de suporte para as atividades da vida diária. O TEA passa a ser dividido em 3 níveis distintos: leve, moderado e severo.

As pessoas diagnosticadas no nível leve de TEA com pouco suporte, necessitam de atendimentos na área de saúde como: avaliação e acompanhamento com neurologista ou psiquiatra, psicoterapia, terapia ocupacional, nutricionista etc. Sabe-se que o autismo vem acompanhado por diversas comorbidades como ansiedade, depressão, TDAH, transtornos motores, transtornos sensoriais, alterações alimentares, dentre outros. Logo é um erro achar que diagnóstico de autismo leve não necessite de acompanhamento. (Crippa, 2023)

Na CID-11 os diagnósticos de autismo passam a fazer parte dos Transtornos do Espectro do Autismo (6A02), que podem ser identificados:

Nível 1 de suporte – Leve com pouco apoio:

6A02.0: TEA sem Deficiência Intelectual (DI), apresentando leve ou nenhum prejuízo de linguagem funcional.

6A02.1: TEA com DI, possuindo leve ou nenhum prejuízo de linguagem funcional

Nível 2 de suporte – Moderado: apoio substancial:

6A02.4: TEA sem DI e não apresenta linguagem funcional

6A02.5: TEA com DI e sem linguagem funcional

Nível 3 suporte – Severo: apoio muito substancial:

6A02.4: TEA sem DI e com ausência de linguagem funcional

6A02.5: TEA com DI e sem linguagem funcional

Conforme cita as autoras Onzi e Gomes (2015), é importante o diagnóstico, uma vez que a criança diagnosticada com TEA necessita de acompanhamento para seu desenvolvimento, portanto, o apoio familiar é fundamental.

Observamos o quanto é extremamente importante a realização do diagnóstico ainda precoce, pois assim será realizada a intervenção o que contribui diminuindo os prejuízos futuros. O diagnóstico precoce, em conjunto com as terapias possui muitos benefícios, melhorando significativamente a comunicação e as habilidades sociais.

Observemos que o TEA é uma condição que afeta o neurodesenvolvimento da criança, ou seja, não é uma doença, portanto não tem cura, mas possui tratamento (Reis, 2020). Alguns deles são:

- Fonoaudiólogo:

O acompanhamento com fonoaudiólogo promove melhorias no desenvolvimento das aptidões para comunicação oral, escrita, voz, audição e equilíbrio

- Terapeuta ocupacional (TO):

Os profissionais buscam promover a saúde para pessoas que com algum problema sensorial, motor e físico. São utilizados métodos e terapias que estimulam as habilidades motoras, porque dependendo do grau do autismo poderá haver comprometimento em algumas habilidades.

- Terapia comportamental (ABA):

A análise do Comportamento Aplicada (ABA), é muito indicado por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) para todos os indivíduos que possuem algum transtorno ou desenvolvimento atípico. O termo ABA vem da abreviação da sigla em inglês para *Applied Behavior Analysis*. Essas terapias são importantes para o desenvolvimento de aptidões como cognitivo, comunicação e socialização.

- Acompanhamento pedagógico:

Por meio da lei 12.764/12 (conhecida como Lei Berenice Piana), os alunos com TEA têm direito à educação, assim como ter um acompanhante pedagógico disponibilizado pela própria escola.

- Fisioterapia ou atividade física

O acompanhamento com profissionais da fisioterapia e educação física é bastante relevante para o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa sendo essenciais para que a criança se desenvolva em atividades diversas como diversas como caminhar, brincar, escrever, desenhar, tocar em objetos, vestir-se e cuidar da higiene.

Equoterapia:

- Terapia assistida por cavalos.

Consiste em um método terapêutico que utiliza cavalos para buscar o desenvolvimento biopsicossocial.

- Gameterapia

É usado videogames em sessões, afim de tornar a terapia mais dinâmica e recreativa;

- Musicoterapia:

Consiste em uma técnica que se dispõe da musicalidade visando estimular a comunicação, expressão e o aprendizado.

3 METODOLOGIA

A partir do objetivo geral, que é mostrar como o atendimento educacional especializado – AEE auxilia no processo de inclusão dos alunos com TEA, foi utilizado pesquisa do tipo bibliográfica, para a realização deste artigo.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir de a leitura de livros, artigos científicos, dissertações ou e teses. Conforme Cervo; Bervian; Silva (2007, p. 6) a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Andrade (2010, p. 25) cita que “a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas” [...]. A pesquisa bibliográfica é a base de todas as pesquisas científicas. Bastos e Keller (1995, p. 53) explicam: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”.

O presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que conduz à reflexão das políticas de inclusão das pessoas com TEA, por meio das ações e diretrizes, incluindo a lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana).

Para isso, foi realizada abordagem teórica do processo de inclusão da pessoa com TEA, o processo histórico da educação inclusiva e análise das demais legislações.

Para que se possa progredir em algum campo do conhecimento é indispensável conhecer o que já foi pesquisado por outros autores e quais são as lacunas do assunto. Portanto, a revisão bibliográfica é imprescindível na delimitação do problema de pesquisa. Conforme Vosgerau; Romanowski (2014). Assim sendo, após serem escolhidas as obras a serem utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, buscaram-se as informações favoráveis ao trabalho através de leitura crítica/analítica.

Quanto a abordagem utilizada na elaboração do artigo foi o método de pesquisa qualitativa, com teorias do processo de inclusão da pessoa com TEA, o processo histórico da educação inclusiva e análise das demais legislações. Sobre esse método: “se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para elaboração desta revisão de literatura, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, contendo como principais descritores: Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial; Inclusão; Autismo.

Foi realizada pesquisas a partir de monografias e artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais e base de dados científicos confiáveis como Google Acadêmico e Scielo. Para a seleção foram adotados como critério artigos publicados de 2016 a 2023, salvo algumas referências básicas para o estudo.

Um total de 16 artigos contemplaram a seleção conforme o objetivo da pesquisa. A verificação ocorreu por meio da procura por título, autor e data, conforme descritos a seguir:

Quadro 1 – Artigos utilizados para Resultados e Discussões

TÍTULO	DATA	AUTORES
<i>AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA.</i>	2023	ROSEMEIRE SANTOS DE DEUS LOPES

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA REGULAR	2023	BEATRIZ ALVES CAMPOS MOREIRA
ESTRATÉGIAS PARA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TEA: A EXPERIÊNCIA DE UM CENTRO DE AEE DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	2023	MICHELE SILVA PEREIRA MESSAGI
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNADO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	2020	EDUARDO HENRIQUE FERREIRA ARELIS FELIPE ORTIGOZA GUIDOTE CAMILA ALVARES SOFIATI
SUPORTE EDUCACIONAL À INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA VISÃO DOS DOCENTES	2022	ROSANA ZELA PINTO MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY AILTON BARCELOS DA COSTA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESTAQUES IMPORTANTES A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO	2022	BÁRBARA SILVA DE SOUZA CANUTO
EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DO AUXILIAR DE CLASSE NO ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS COM AUTISMO	2022	BRUNO BORGES DE ALMEIDA
A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO COMUM: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE AEE NUMA ESCOLA PÚBLICA	2021	FRANCISCO ARI ANDRADE ALINE DE OLIVEIRA REBOUÇAS RENATA TAVARES DE OLIVEIRA
A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM AUTISMO.	2021	EVELEM TYELE COSTA DE SOUZA DE LIMA FELIPE MORAES ELIELSON RIBEIRO DE SALES
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GOIÂNIA – UNIDADE RENASCER. EDUCAÇÃO POR ESCRITO	2021	MÁRCIA SACRAMENTO ROCHA ANA FLÁVIA TEODORO DE MENDONÇA OLIVEIRA MICHELL PEDRUZZI MENDES ARAÚJO

A NECESSIDADE DE UMA NOVA REFORMULAÇÃO DA LEI DE INCLUSÃO NO TOCANTE ÀS ESPECIFICIDADES DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO	2020	MADSON MÁRCIO DE FARIAS LEITE CLARA ROSEANE DA SILVA AZEVEDO MONT'ALVERNE
AUTISMO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL PARA ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR	2019	PATRÍCIA MARINHO CAMPOS
PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO MÉDIO REGULAR	2019	NATASHA CONCEIÇÃO GOMES DE CARVALHO QUÉZIA SANTA BRIGIDA RODRIGUES TAIANE DIAS DARÓS LINHARES
A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E A ESCOLARIZAÇÃO DE UM ALUNO COM TEA	2019	ANA KARLA FERREIRA DE SANTANA ROSA GOMES
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO ESPECIALIZADO, NA SALA DE RECURSOS, COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA COM TEA	2019	MARIA SUELY DEGANUTTI MAIA MILLENI KELLY JACOMELLI
ATIVIDADE DOCENTE EM CENA: O FOCO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) PARA EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). INTERFACES DA EDUCAÇÃO.	2016	MARILY OLIVEIRA BARBOSA NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Fonte: elaborado pela autora.

Para Lopes (2023) e Campos (2019) são inúmeras as contribuições do AEE para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. Os autores concordam que uma das mais importantes é a oferta de um atendimento individualizado, em que é adaptado às necessidades específicas de cada aluno, o que contribui para que o professor do AEE trabalhe efetivamente as dificuldades e potencialidades. O AEE utiliza o Plano Educacional Individualizado, um suporte que favorece a prática docente, pois é um recurso que facilita para que o professor reconheça as características de seus educandos e assim lhes proporcione estratégias e atividades adequadas para que sejam trabalhadas práticas concretas com aprendizado significativo.

Outras contribuições citadas pelos autores é o desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais, comunicativas, o que ajudaria muito na qualidade de vida do estudante com TEA, assim como na sua efetiva inclusão na sala de aula.

Lopes (2023) e Moreira (2023) compartilham o mesmo posicionamento com relação a outro benefício do AEE que é a oferta de recursos e estratégias pedagógicas em que serão adaptados conforme a necessidade individual de cada estudante. Esses recursos são de suma importância para trabalhar as dificuldades e aptidões e deve ser pensado de forma que desenvolvam os processos cognitivos, motores e sócio-afetivo-emocionais do aluno. O

professor precisa se preparar para desenvolver esse trabalho, elaborando planejamento pedagógico para cada aluno, visando assim suas necessidades individuais.

Ramos *et al.*, (2023) e Mendonça (2021) possuem a mesma opinião quanto a ideia de que o AEE é uma das intervenções mais importantes para garantir a inclusão escolar, e esse conjunto de estratégias, atividades, estratégias pedagógicas, equipamentos e materiais didáticos, trabalhados de forma específica, que são oferecidos aos alunos com necessidades educacionais especiais, contribuem na superação das limitações e com isso, o aluno com TEA obterá o máximo rendimento em sua experiência escolar.

Lopes (2023) também defende a importância do atendimento para a inclusão escolar dos educandos com TEA ao abordar a questão da integração no ambiente escolar, cita que a inclusão promove a participação nas atividades escolares.

Sobre o objetivo do AEE Ramos *et al.* (2023) defende que promove uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, na medida em que possibilita que todos os educandos se desenvolvam plenamente e que todos tenham igualmente o direito a igualdade de oportunidades, independentemente de suas características e necessidades individuais e específicas.

Para Andrade (2021) o objetivo desse atendimento é dar oportunidade para que os alunos com TEA matriculados na rede municipal de ensino tenham condições favoráveis à sua inclusão, tanto no contexto escolar quanto social, possibilitando aos educandos o desenvolvimento de diversas capacidades, como: olhar, escutar, perceber, questionar, descobrir e verbalizar.

Na concepção de Canuto (2022) As atividades realizadas no AEE para alunos com TEA precisam ser diversificadas, criativas e instigadoras, que sejam diferentes das propostas na sala regular, que possibilite novas aprendizagens.

Na perspectiva de Almeida (2022) e Andrade (2021) o AEE é essencial para o processo de inclusão de crianças com TEA, justificando à necessidade de o professor reconhecer às dificuldades que cada aluno possui, ao passo que desenvolve novas práticas que contribuirão para o desenvolvimento dessas pessoas.

Conforme Carvalho; Rodrigues; Linhares (2019) a perspectiva de inclusão se configura um grande desafio, em especial para alunos com TEA que apresentam déficits na comunicação social e interação, além de padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades, por isso é importante viabilizar o acesso com igualdade de condições estruturais e pedagógicas, logo para isso a escola deve ter acessibilidade, profissionais qualificados, materiais adequados às deficiências, sala de recursos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e professores comprometidos com o ensino.

Mediante constata Pinto; Godoy; Costa (2022) o processo de inclusão é um caminho árduo, trabalhoso. Segundo os autores muitos professores ainda não conseguem identificar e entender que os alunos aprendem em ritmos e formas diferentes, por isso, eles abordam a necessidade de adaptação curricular. Para Moraes *et al.*, (2021) o educando somente será incluído no ambiente de ensino quando ele é colocado em sala de aula juntamente com os demais, assim, poderá se socializar e desenvolver-se de forma adequada.

Concordante Almeida (2022) e Rosa, *et al.*, (2019) é indiscutível a relevância do AEE para a inclusão escolar de alunos com TEA, é um atendimento indispensável, que reconhece que cada aluno é único, singular, e possui habilidades que precisam desse suporte para se desenvolver, assim como precisam ser trabalhadas as dificuldades. Os autores também mencionam que o autismo propicia muita ansiedade, medo aos educadores pois, durante a sua formação inicial não foram preparados para receber esse público, por isso não conseguem lidar com as variadas situações comportamentais, cognitivas, sociais e acadêmicas dentro do contexto da sala comum. Eles complementam que, por tais motivos muitos professores ainda

têm resistência, por não saber trabalhar com esses alunos e também devido à construção dos estigmas.

Em relação ao professor do AEE, Maia; Jacomelli (2019) cita que o educador da Sala de Recursos tem um papel importante na formação das pessoas com autismo, e ainda que, segundo ele, as crianças preferem um atendimento individualizado, pois é um ambiente tranquilo, diferente da sala comum.

Barbosa; Fumes (2016) comenta que muitas vezes, o professor da educação especial assume a responsabilidade solitária pelo processo de escolarização dos alunos com deficiência. Ele acredita que somente a formação continuada não é suficiente para assumir a função de professor do Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com Barbosa; Fumes (2016) este serviço deve ser realizado preferencialmente na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que se caracteriza como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2011), cujo objetivo é, como já foi afirmado pelos demais autores, contribuir para a inclusão escolar dos alunos com deficiência, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dessas pessoas no contexto escolar.

Messagi (2023) destaca que há a necessidade de se elaborar um trabalho multidisciplinar, no sentido de acolher não somente os alunos com TEA, mas toda a sua família. Entretanto, falta essa organização, para atender essa base que é tão importante no processo de inclusão.

Concordante, Ramos *et al.*, (2023) O AEE é deve ser realizado por profissionais especializados, como professores, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas entre outros, e que estes precisam trabalhar em conjunto com os professores da sala regular. Essa articulação é importante para que a aprendizagem seja integrada e coerente. O autor cita ainda que esse trabalho em conjunto beneficiará os alunos com TEA pois, a atuação em parceria do professor da sala regular e o professor do AEE, compartilhando a responsabilidade no planejamento, desenvolvimento e avaliação, faz com que o educando com autismo assimile melhor os conteúdos escolares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente tema aborda sobre o atendimento educacional especializado - AEE e a inclusão escolar de alunos com TEA. Sabe-se que a inclusão escolar é um direito adquirido através de muita luta ao longo de vários anos. Atualmente temos leis que garantem, não somente a permanência do aluno com necessidades educacionais específicas na sala de aula comum, mas que esse aluno tenha toda assistência necessária para aprender, a partir de suas aptidões e capacidades.

É de suma importância que a escola esteja preparada para receber um aluno com deficiência, porque o ato de incluir vai muito além de colocá-lo na sala de aula, sentado em uma carteira de frente para o quadro, com um cuidador do seu lado e interagindo com os colegas. A inclusão escolar vai muito, além disso, é o compromisso de todo o corpo escolar em criar possibilidades, permitir se reinventar, utilizar recursos e apontar caminhos para que esse aluno tenha oportunidades de aprender.

Sabe-se que a inclusão não é uma tarefa fácil, pois demanda práticas diferenciadas e específicas, pois cada aluno é único.

O atendimento, apesar de não ser obrigatório é essencial para o progresso dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo, pois é na sala de recursos onde eles receberão apoio educacional, em que se identifica, elabora e organiza recursos para que sejam eliminadas barreiras com o intuito de que de fato seja incluído nas aulas. São aulas diferenciadas, de acordo

com as necessidades específicas de cada um, com métodos e recursos diferentes do que ele é apresentado na sala comum. Por isso, é fundamental que eles estejam matriculados e frequentando o atendimento educacional especializado, nesse ambiente o professor irá trabalhar a dificuldade ou o potencial individual do aluno, pois sabe-se que mesmo sendo dois alunos autistas, cada um vai apresentar suas características próprias, assim como suas dificuldades.

A sala regular precisa dessa parceria com a sala de recursos, pois somente frequentando as aulas na sala comum, onde nos deparamos com problemas como salas superlotadas, escassez de recursos, material didático adaptado, entre outros, além de que muitas vezes o professor nem está capacitado para receber esse público. Então, é muito comum o aluno não conseguir acompanhar as aulas, conseqüentemente não há evolução em seu processo de aprendizagem.

É importante também que o professor da sala de AEE esteja sempre em contato com o professor da sala regular, para que esses alunos possam receber esse suporte, pois a inclusão escolar não é somente o aluno está presente na sala, mas se desenvolver, participar ativamente de todos os projetos escolares. Torna-se bem mais fácil superar as dificuldades encontradas na sala de aula comum quando o aluno frequenta o atendimento educacional especializado.

O presente artigo esclarece para toda a sociedade o papel do atendimento educacional especializado no contexto da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, em que são sanadas dúvidas sobre o AEE, sua função e demais particularidades que são desconhecidas pela maioria das pessoas, pois é comum os pais pensarem que estão levando seu filho para o reforço, ou seja, há uma falta de informação, eles desconhecem o real papel do AEE, e por isso muitas vezes não dão importância ao atendimento, deixando de matricular ou mesmo de levá-lo, o que torna desfavorável para o aluno que vai ter muita dificuldade na sala regular.

Portanto, o trabalho contribui de forma positiva, pois não somente mostra o papel do Atendimento educacional especializado, mas leva o conhecimento a sociedade, trazendo um pouco da trajetória do quanto foi difícil para as pessoas com deficiência conquistarem o seu espaço e garantirem seus direitos, principalmente à educação. Logo, o real resultado certamente foi a transformação de mentes, de práticas, de atitudes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bruno Borges de. **Educação especial: o papel e a importância do auxiliar de classe no acompanhamento de alunos com autismo**. 2022.
- ANDRADE, Francisco Ari; OLIVEIRA REBOUÇAS, Aline; OLIVEIRA, Renata Tavares. A inclusão de alunos com Tea no Ensino Comum: Relatos de Experiências de AEE numa escola pública. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 30, n. 02, p. 261-279, 2021.
- ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco Baptista. Transtornos do espectro do autismo. **PROPED-Programa de Atualização em Terapêutica Pediátrica**, 2015.
- BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BARBOSA, Marily Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Atividade docente em cena: o foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Interfaces da Educação**, v. 7, n. 19, p. 88-108, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP/GAB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.** BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 22/08/2023.

CAETANO, Sheila Cavalcante et al. **Autismo, Linguagem e Cognição.** Paco Editorial, 2015.

CAMPOS, Patrícia Marinho. **Autismo e inclusão: uma análise do atendimento educacional para alunos autistas no ensino regular.** 2019.

CANUTO, Bárbara Silva de Souza. **INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: destaques importantes a partir do plano de desenvolvimento individualizado.** 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORREA, Tassia Juliana dos Santos et al. **Prática docente e o autismo: as barreiras enfrentadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas na EMEIEF profª Emília Gimenez, em Castanhal/PA.** 2019.

DE CARVALHO, Natasha Conceição Gomes; RODRIGUES, Quézia Santa Brígida; LINHARES, Taiane Dias Darós. **Práticas educativas para inclusão de alunos com TEA no Ensino Médio regular.** 2019.

DE DEUS LOPES, Rosemeire Santos. AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 42, p. 97-102, 2023.

DE FARIAS LEITE, Madson Márcio et al. A Necessidade de uma Nova Reformulação da Lei de Inclusão no Tocado às Especificidades do Profissional de Apoio Escolar no Processo Inclusivo/The Need for a New Reformulation of the Inclusion Law in the Player the Specificities of the School Support Professional in the Inclusive Process. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 53, p. 798-817, 2020.

DE MENDONÇA OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro et al. Atendimento Educacional Especializado para estudantes com transtorno do espectro autista na Associação Pestalozzi de Goiânia–Unidade Renascer. **Educação Por Escrito**, v. 12, n. 1, p. e41901-e41901, 2021.

DE SANTANA ROSA, Ana Karla Ferreira et al. A sala de recursos multifuncionais e a escolarização de um aluno com TEA. **Revista Caparaó**, v. 1, n. 1, p. e4-e4, 2019.

FERREIRA, Eduardo Henrique; GUIDOTTI, Arelis Felipe Ortigoza; SOFIATI, Camila Alvares. O atendimento educacional especializado ao alunado com transtorno do espectro autista—uma revisão integrativa de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 49208-49224, 2020.

GLAT, R.; MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. A Pesquisa Sobre Inclusão Escolar em suas Múltiplas Dimensões: Teoria, Política e Formação. 2012. (Kassar)

GOMES, Romeu. Pesquisa qualitativa em saúde. **São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa**, 2014.

MAIA, Maria Suely Deganutti; JACOMELLI, Milleni Kelly. A importância do ensino especializado, na sala de recursos, como estratégia de aprendizagem na formação da criança com TEA. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 8, n. 11, p. 320-337, 2019.

MESSAGI, Michele Silva Pereira. **Estratégias para aprendizagem de estudantes com TEA: a experiência de um Centro de AEE da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2023.

MORAES, Felipe et al. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM AUTISMO. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 17, n. 27, p. 208-221, 2021.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019.

OLIVEIRA, FL de. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 34, p. 8, 2020.

PINTO, Rosana Zela; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; COSTA, Ailton Barcelos da. Suporte educacional à inclusão de estudante com transtorno do espectro autista: atendimento educacional especializado na visão dos docentes. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, 2022.

RAMOS, Maria da Luz Santos et al. **INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA REGULAR**. 2023.

RIBEIRO, Natasha Coutinho Revoredo; MARTELETO, Regina Maria. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais enquanto um dispositivo info-comunicacional. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e90801, 2023.

SANT'ANA, Wallace Pereira; DA SILVA SANTOS, Cristiane. A Lei Berenice Piana e o Direito à Educação dos Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista No Brasil. **Revista Temporis [ação](ISSN 2317-5516)**, v. 15, n. 2, p. 99-114, 2015.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. Atendimento Educacional Especializado-AEE: contribuições para a prática pedagógica. 1. **Reimpr. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM**, 2014.

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. **A universalidade dos direitos humanos. In: Estudos e debates em Direitos Humanos.** SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida; BEGO, Amadeu Moura. **O Ensino de Ciências no Contexto da Educação Inclusiva.** Paco Editorial, 2015.